

**Brasília vai à luta no Senado pelo Fundo Constitucional**

**LEGISLATIVO /** Arcabouço Fiscal deve ser votado, na próxima terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. Três emendas foram apresentadas solicitando retirada da proposta que reduz os investimentos

# Pressa para salvar recursos do FCDF

» MILA FERREIRA

Enquanto o governo federal pressiona o Senado para que o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 — que institui o Arcabouço Fiscal — seja votado o mais rápido possível, a bancada do Distrito Federal corre contra o tempo para evitar que haja uma redução no Fundo Constitucional do DF (FCDF). A versão aprovada na Câmara dos Deputados, contém dispositivo que altera o cálculo do fundo, o que diminuiria o crescimento percentual anual do recurso. De acordo com previsão da Secretaria de Planejamento do governo do DF, as perdas podem chegar a R\$ 87,8 bilhões em 10 anos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reunirá com os líderes no Senado, nesta quinta-feira, para tratar do Arcabouço. O chefe da pasta buscará o apoio dos parlamentares para que a "espinha dorsal" do projeto seja mantida sem modificações e a matéria votada antes do

recesso parlamentar, previsto para começar em 18 de julho.

Três emendas foram apresentadas no Senado solicitando retirada do FCDF do projeto. O relator Omar Aziz (PSD-AM) informou que pretende analisar todas até o fim desta semana. No total, o relator recebeu 31 emendas ao projeto que institui o Arcabouço Fiscal. Aziz disse que está trabalhando para que o projeto seja votado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na terça-feira da semana que vem, e no plenário da Casa no mesmo dia ou, no máximo, na quarta-feira. Caso haja alguma mudança no texto do Arcabouço no Senado, o projeto precisará voltar à Câmara dos Deputados. Omar Aziz disse que está em contato com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), e com o relator do Arcabouço naquela Casa, deputado Cláudio Cajado (PP-BR), para que haja celeridade na tramitação e a matéria seja aprovada nas duas casas até a quinta-feira, dia



Arcabouço Fiscal deve ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos

22, mesmo que o projeto precise retornar à Câmara.

O governador Ibaneis Rocha (MDB) esteve com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, ontem, na cerimônia de Lançamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, mas, segundo o chefe do Executivo, não se falou de FCDF. O

governador está confiante de que a matéria será votada em breve no Senado e que a questão estará resolvida antes do recesso parlamentar. O emedebista acredita que o Fundo Constitucional do DF será retirado ainda no Senado, mas acredita também que o presidente Lula vetará a alteração no FCDF, caso se faça necessário.

## Tramitação

Em reunião extraordinária, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado apreciará, hoje, três requerimentos que solicitam a realização de audiências públicas para debater o Arcabouço Fiscal. Um deles foi feito por solicitação do senador Izalci Lucas (PSDB-DF), com o objetivo de colocar o Fundo Constitucional do DF em pauta. "É uma matéria importante, mas precisa de ajustes. O governo quer votar antes do recesso, mas vai depender de alguns acordos. Além do FCDF, terão muitas emendas também sobre o Fundeb", destacou Izalci.

Paralelamente à mobilização para salvar o FCDF, há também uma movimentação para que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), recurso que sustenta o ensino básico, também seja retirado do Arcabouço Fiscal.

A senadora Leila Barros (PDT-DF) também está focada na mobilização para salvar o FCDF no Senado. "Tem sido um trabalho corpo a corpo de todos os integrantes da bancada do DF. Temos uma expectativa muito positiva de que a gente consiga reverter essa situação no Senado Federal, sem depender de veto presidencial", ressaltou a parlamentar.

Leila não faz parte da Comissão de Assuntos Econômicos, mas o líder do PDT, partido da senadora, Cid Gomes (PDT-CE), é integrante. "O senador se colocou à disposição para apresentar emendas ou requerimentos no sentido de fazer o debate sobre o FCDF", pontuou Leila. "Eu acredito que existe sim o interesse dos integrantes da comissão de fazer um melhor debate e se aprofundar mais sobre os reais impactos sobre a questão do Fundo Constitucional no texto do Arcabouço", completou a senadora.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Cidades **Página:** 14